

Comissão Mista defende aumento de despesas da ordem de US\$ 1 bilhão

por Marta Solomon
de Brasília

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB/MA), defendeu o atendimento das propostas feitas pelo parlamentares que resultam num aumento de US\$ 1 bilhão nas despesas do governo ano que vem. Esses recursos seriam conseguidos com o aumento de arrecadação. "Não podemos jogar na lata de lixo as legítimas pretensões dos parlamentares", disse o deputado, referindo-se às 11 mil emendas apresentadas ao orçamento, incluídas numa "programação especial".

O relator geral da comissão, deputado Eraldo Tinoco (PFL/BA), lançou mão do redutor proposto pelo governo sobre a correção monetária das despesas orçamentárias para criar novas despesas. Ele disse que fez diversas simulações e em todas elas encontrou o dobro do dinheiro necessário à programação. A proposta do governo é de corrigir as despesas inicialmente em 10% abaixo dos índices de inflação nos meses de fevereiro a julho. Segundo o deputado, só faltará dinheiro para os pedidos dos parlamentares "se a infla-

ção for zero", hipótese que considera descartada.

"Estão fazendo tempestade em copo d'água", disse Cid Carvalho em resposta às críticas. O deputado acusou os colegas José Serra (PSDB/SP) e César Maia (PDT/RJ), de criticarem a decisão da comissão em busca de prestígio ou cargos no novo governo. "Talvez o Ministério da Fazenda", afirmou.

O relatório preliminar aprovado na semana passada previa que o novo governo teria de se comprometer com os pedidos dos parlamentares incluídos no orçamento como despesas "condicionadas" a uma suposta "economia". Ontem, Eraldo Tinoco disse que o novo presidente não está obrigado, mas deverá assumir a programação por "questões de inteligência política". Para o relator, o Congresso está "sinalizando as pressões da sociedade".

A "programação especial" prevê aumento de despesas sobretudo no sistema Eletrobrás, Ministério da Educação, construção de estradas e projetos de irrigação. A proposta orçamentária em análise no Congresso passará por uma revisão em julho.

28 NOV 1989